

Necessidade de uma visão clara

O derrubamento da ditadura fascista teve lugar ainda não há dois meses. Mas já alguns parece esquecerem o que era a repressão fascista, menosprezando as conquistas democráticas alcançadas e agindo como se fosse secundário perdê-las.

A situação política continua a ser complexa. A democratização será um processo muito irregular com avanços e recuos frequentes. A solução do problema colonial tão-pouco será fácil. Continuam entretanto a existir condições para prosseguir a realização do programa do Movimento das Forças Armadas (hoje programa do Governo) até à realização de eleições para a Assembleia Constituinte, através das quais o Povo Português escolha livremente o regime que entender.

Na compreensível euforia da libertação do fascismo, muitos não se aperceberam de dados fundamentais da complexa situação resultante do 25 de Abril. Daí a necessidade de insistir no seu esclarecimento, pois de uma visão clara da situação depende a justa actividade das forças políticas e das massas populares.

Regime transitório e liberdade

Já temos dito que, se foram restauradas as liberdades, não existe ainda um regime democrático. Existe um regime transitório, cujas instituições se vão formando num processo incerto e irregular, em que intervêm factores muito diversos, entre os quais a actual correlação de forças sociais e políticas.

Após o 25 de Abril, derrubada a ditadura, foi declarada a liberdade. Entrou-se numa situação de facto, em que, não estando estatuidas nem institucionalizadas as liberdades (de Imprensa, de Informação, de organização, de greve), o seu exercício passou a estar quase só dependente da vontade de cada qual.

Só quem esteja fora das realidades poderia supor que uma tal situação se pudesse manter indefinidamente. E, entretanto, indubitavelmente que certas medidas de regulamentação poderiam ser mais tardias e menos rígidas, e que certas intervenções administrativas (para as quais o PCP não foi ouvido nem achado) teriam sido evitáveis e quase certamente evitadas, se não fosse o completo desfasamento de alguns sectores em relação à real situação política existente, se não fossem certos conceitos anárquicos de liberdade e uso desta, não para servir o Povo Português, mas para proceder a constantes actos de provocação política contra as forças que participam no processo de democratização, designadamente as Forças Armadas.

A liberdade de Imprensa, ainda não estatuida, foi utilizada por alguns, não para atacar os inimigos da liberdade, mas para atacar as Forças Armadas, o Governo, as forças democráticas, em termos tão caluniosos que, em certos casos, cada linha constituía um delito comum.

A liberdade de manifestação foi utilizada por alguns, não para reforçar a acção popular, mas para tentar criar nas ruas um clima de constantes provocações e abrir uma brecha entre as Forças Armadas e as massas populares.

Até a liberdade de greve foi utilizada pelo patronato reaccionário e por conspiradores fascistas para, aproveitando o justo descontentamento dos trabalhadores, incitar ao agravamento não justificado dos conflitos sociais, à paralisação de transportes, à falta do pão, à desorganização económica, caminho propício à contra-revolução.

Os irresponsáveis que assim utilizaram a liberdade saída da revolução do 25 de Abril, têm uma grande quota de responsabilidade nas súbitas e bruscas limitações dessas mesmas liberdades. Eles deram os pretextos ideais às pressões diversas e ainda poderosas, no sentido da restrição das liberdades.

As lições estão à vista. Bom seria que a experiência fosse retida e aproveitada, para que não se repitam os erros e as desilusões, e não se acentuem perigosos retrocessos, que as forças democráticas dificilmente conseguirão impedir no processo de democratização.

O PCP, e com ele outras forças democráticas, bate-se constante e consequentemente, e a todos os níveis, para que as liberdades sejam tão vastas quanto possível. Essa luta, poderá ser tanto mais bem sucedida, quanto mais sentido de responsabilidades houver no uso das liberdades.

Governo de coligação

NUNCA se deve perder de vista que, nas condições actuais, as Forças Armadas têm grande peso (determinante em alguns aspectos) na política nacional.

Tão-pouco se deve esquecer que o Governo Provisório não é um governo «operário e camponês», nem um governo de «frente popular», nem sequer um governo da «esquerda», apesar de nele estarem representados os Partidos Comunista e Socialista. É um governo de uma muito vasta coligação de forças sociais e políticas, que estão de acordo em alguns objectivos fundamentais (instaurar em Portugal um regime democrático, pôr fim à guerra colonial, e outros), mas que têm ideais por vezes muito diferentes acerca das formas e métodos de atingir esses objectivos e mesmo das soluções para os problemas concretos imediatos.

Assim, os debates que se travam amplamente na sociedade portuguesa, travam-se por vezes no campo da própria coligação governante. Daí ser legítimo que cada componente da coligação expresse com independência os seus pontos de vista, eventualmente diferentes dos pontos de vista da maioria da coligação.

Isto em si não é um mal. O mal é quando uma força política faz política de governo no governo e política de oposição fora dele. Uma coisa é a legítima independência de opinião. Outra a necessidade do real empenho e da responsabilidade na acção governativa.

Como outras forças políticas, nem sempre o PCP tem estado de acordo com tal ou tal medida do Governo ou da Junta. Em alguns casos, tem explicita e publicamente feito as suas objecções ou reservas. Ao mesmo tempo, faz uma mesma política dentro e fora do Governo, valoriza justamente as medidas positivas e toma a sua quota de responsabilidade no actual curso político que, com todas as suas irregularidades e contradições, é, nas condições actuais, aquele que pode conduzir à instauração em Portugal de um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

A alternativa é clara: ou prossegue a democratização com a coligação actual ou se corre o risco de uma nova ditadura, provavelmente mais violenta e repressiva.

CONT. NA PÁG. 2

O P C P DEFENDERÁ SEMPRE OS INTERESSES DOS TRABALHADORES

No decorrer do comício realizado no Barreiro, o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, pronunciou o seguinte discurso:

Queridos camaradas: Quero começar por agradecer o convite que me foi feito para participar neste vosso comício, neste vosso comício que é mais uma confirmação da adesão da classe operária e do povo trabalhador do nosso País aos ideais da democracia, da paz e do socialismo.

E para um grande honra

pode vir aqui falar à heróica classe operária do Barreiro, que foi sempre um baluarte do movimento operário, da resistência antifascista, do Partido Comunista Português. Permite, camaradas, que, em nome do Partido, aqui saúdo a classe operária, o povo e os comunistas do Barreiro, a todos desejando grandes

éxitos na sua actividade. Camaradas:

Defender e consolidar as liberdades conquistadas a partir do heróico Movimento das Forças Armadas, pôr fim à guerra colonial, cortar o passo à contra-revolução, prosseguir a democratização da vida portuguesa até às eleições livres para a Assembleia Constituinte, são tarefas fundamentais e prioritárias.

O caminho será difícil e complexo, mas estamos em condições de realizar estas tarefas.

Gostaria de chamar aqui a atenção para três problemas importantes da situação política actual.

O primeiro é o da situação económica dos trabalhadores e da luta para melhorá-la.

O nível de vida dos trabalhadores portugueses é o mais baixo da Europa. Uma elevada percentagem vive ainda em condições de verdadeira miséria.

Por isso é completamente justo, necessário, indispensável e urgente que os trabalhadores lutem pelo melhoramento das suas condições de vida.

Mesmo os mais altos salários que têm sido exigidos

não permitiriam aos trabalhadores portugueses um nível de vida semelhante ao dos trabalhadores com as mesmas profissões nos países mais desenvolvidos.

Entretanto, na luta reivindicativa dos trabalhadores, é necessário ter em conta alguns aspectos:

Tem-se discutido muito se algumas reivindicações podem ou não ser satisfeitas.

Nós, comunistas, temos solução para esse problema. Mas, para isso, seria necessário realizar profundas reformas sociais, que atingiriam os grupos monopolistas e os grandes latifundiários, e a verdade é que o actual Governo português não é um governo popular, não é um governo operário e camponês.

E sim um governo de uma larga coligação em que há acordo para criar em Portugal um regime democrático, mas que não pode (nem o programa do Movimento das Forças Armadas, ou seja, a plataforma do Governo, o prevê) realizar profundas reformas sociais.

Antes dessas reformas, que só depois das eleições se poderão vir a realizar, se o nosso Povo assim o decidir, não se devem perder de vista, na luta reivindicativa, as consequências na economia do País, tal como é hoje e não tal como desejariamos que fosse.

Insistindo-se sempre e sempre em exigir a satisfação das justas reivindicações, devem ao mesmo tempo ter-se em conta as suas consequências na situação económica em geral e nas suas implicações políticas.

Hoje são os fascistas que estão interessados numa crise económica, porque sabem que uma crise económica seria terreno favorável para nele caminhar a contra-revolução. Os trabalhadores estarão vigilantes e não deixarão que o patronato reaccionário e os fascistas especulem com a sua situação e procurem servir-se dela para voltarem os trabalhadores contra o Governo Provisório, contra as forças democráticas e contra as Forças Armadas.

Tarefa urgente

ACTIVAR A SOLUÇÃO POLÍTICA DA GUERRA COLONIAL

O fim da guerra colonial e do colonialismo estão na ordem do dia como questões cimeiras do actual processo de democratização nacional. O nosso povo não poderá ser verdadeiramente livre enquanto não for reconhecido de facto o direito dos povos submetidos pelo colonialismo português à autodeterminação e à independência. Sabe-se que esta é a posição inequívoca do PCP.

A resolução do problema colonial, no seu conjunto, é uma condição imprescindível não só para que o Povo Português possa consolidar e alargar os direitos e liberdades já conquistados, como para ser readmitido sem reservas nem estigmas vexatórios no concerto dos outros povos e ainda para cimentar na base da amizade e da cooperação pacífica as suas relações fraternas com os povos de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

O programa do Movimento das Forças Armadas, triunfante em 25 de Abril, cuja realização foi cometida ao Governo Provisório, preconiza a solução política da questão

colonial e para a busca desta solução foram já iniciadas negociações com representantes do PAIGC e da FRELIMO. Os esforços do Governo Provisório através do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, para a busca duma solução política, negociada, são naturalmente positivos.

Mas pelo que se conhece destes primeiros contactos, destas primeiras negociações, reforça-se a ideia da complexidade dos problemas em discussão e da necessidade de uma muito maior clareza e rigor quanto às perspectivas, aceitáveis para ambas as partes. Sem isso pode cair-se num perigoso impasse.

Não seria caminho para a solução, nem a impaciência dos que julgam que um tão complexo problema se resolve por uma simples declaração de princípios ou por uma ordem telegráfica, nem com o adiamento das soluções de fundo para um futuro imprevisível e incerto.

As forças interessadas na manutenção do colonialismo sob outras formas, manobram também, no sentido de dificultar o processo da negociação, alterando no sentido dos seus interesses, fugindo às condições básicas para se chegar a um acordo de cessar-fogo, isto é, o reconhecimento prévio do direito dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau à autodeterminação e à independência e o carácter indissolúvel de todo o problema da guerra e do colonialismo nas três zonas actuais de confrontação armada em África.

Não se podem iludir questões como a da legitimidade dos negociadores daqueles povos. As negociações começaram (e bem) com o PAIGC e a Frelimo. De nada servirá dar cidadania a partidos e agrupamentos fantoches desligados dos novos respectivos, alguns que estiveram ligados à PIDE e aos fascistas ou ao serviço de interesses inconfessáveis.

Os problemas da Guiné-Bissau, de Angola e Moçambique

não só preocupam os seus povos e o Povo Português como todos os povos da África descolonizada e de uma forma geral todos os que desejam ver desaparecer da face da terra os últimos focos da opressão e exploração colonial.

A última reunião da OUA, em Mogadíscio, na qual os problemas de Angola, Moçambique e Guiné mereceram a atenção principal, mostrou como essas preocupações são grandes e ao mesmo tempo

CONT. NA PÁG. 2

CONT. NA PÁG. 2



Dez mil pessoas aclamam o PCP no Barreiro

Comícios em vários pontos do país

Entusiasmo e confiança no Partido

O PCP, que se irmanou com os trabalhadores, os camponeses e as massas populares durante a noite fascista na luta pelas suas aspirações mais prementes, vive hoje fundido com o povo as tarefas complexas do momento presente, abrindo caminho à solução dos mais instantes problemas, através de uma análise serena e objectiva da realidade nacional.

A região industrial da margem Sul do Tejo conheceu nos dias 8, 9 e 10 uma intensa actividade propagandística do P C P. Foram organizados comícios no Barreiro, Alhos Vedros, Baixa da Banheira e Seixal.

Dias antes os trabalhadores da Cova da Piedade tinham vivido horas de verdadeiro entusiasmo durante um outro comício naquele centro proletário. Foram horas de adesão espontânea expressa na pre-

sença de milhares e milhares de trabalhadores, que acorreram livremente para ouvir os oradores falarem-lhes da realidade política que se vive em Portugal e do caminho que se abre à acção conjugada das massas populares, do Movimento Democrático e das Forças Armadas.

Na noite de 8 de Junho, os trabalhadores do Barreiro concentraram-se aos milhares no campo do Luso. Foi o primeiro comício organizado pe-

lo P C P. Mais de 10 000 pessoas estiveram presentes, aplaudindo com vibração os discursos dos oradores.

Palavras de ordem entoadas em coro: «A vitória é difícil mas é nossa», «Abaixo a reacção».

E dísticos alçados por mãos de trabalhadores, por mãos de jovens: «Salário igual para trabalho igual», «Pelo direito de voto aos 18 anos», «Fim à guerra colonial».

E ondulando ao vento da noite as bandeiras rubras com a foice e o martelo, as bandeiras do Partido que sacrificou muitos dos seus melhores lutadores para que pudesse viver-se aquela hora de imenso júbilo: a hora da liberdade.

CONT. NA PÁG. 2

Amizade e cooperação entre os povos português e soviético

Pela primeira vez, depois da Grande Revolução Socialista de 1917, a União Soviética e Portugal estabeleceram relações diplomáticas ao nível de embaixadores. Num comunicado antes distribuído aos órgãos de Informação, e que noutra lugar reproduzimos, o Partido Comunista Português ao mesmo tempo que saudava esta importante iniciativa diplomática pôs em destaque o seu significado para o estreitamento das relações de amizade e cooperação entre os povos português e soviético.

A amizade entre os povos da URSS e de Portugal não nasceu agora, vem precisamente desse longínquo e glorioso Outubro de 1917 e mergulha numa identidade de interesses que transcende os protocolos da diplomacia.

Durante quase 50 anos a

ditadura fascista roubou ao nosso povo os benefícios incalculáveis dos contactos com o grande povo soviético.

O regime fascista, desde Salazar a Caetano, fez do anti-sovietismo a pedra de toque da sua política internacional, atrelando o país ao carro dos interesses imperialistas. Muito do nosso atraso económico, cultural e científico, por exemplo, deve-se a essa política de segregação para com a União Soviética e os restantes países socialistas.

Mas por cima das barreiras do ódio levantadas pelos fascistas, a amizade do povo português pelo povo soviético, pela URSS, floresceu cada vez mais vigorosa. O nosso povo vivia os éxitos históricos dos soviéticos como seus próprios e por outro lado a ajuda fraterna do povo da

URSS à luta do povo português sempre foi um factor de alentamento inestimável.

As relações agora estabelecidas assentam nos princípios da coexistência pacífica e na observância dos fins e princípios da Carta das Nações Unidas. No comunicado conjunto publicado, exprime-se a convicção de que as novas relações entre Portugal e a URSS contribuirão para a promoção da segurança e de uma paz duradoura.

Naturalmente que a iniciativa do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países tornou-se possível, não só pelas transformações políticas operadas em Portugal como pelo início de negociações com os movimentos de libertação nacionalistas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau com vistas a pôr termo à guerra colonial.

Certamente, que a forma como esta questão for encaminhada determinará muito da evolução das relações agora estabelecidas.

No plano económico, o princípio de relações mutuamente vantajosas não poderá deixar de abrir perspectivas novas à economia nacional. O grande mercado socialista abre-se à produção portuguesa e permitirá uma maior diversificação nas relações comerciais libertas de condições políticas, impostas pelos países imperialistas, que são ainda um factor de estrangulamento da nossa economia.

O «Avante!», certo de exprimir o sentimento da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses, saúda este novo passo no estreitamento da amizade e da cooperação com o povo da União Soviética.

Entusiasmo e confiança no Partido

CONT. DA PÁG. 1

dade conquistada pela acção das Forças Armadas ao lado do povo.

A multidão cantou em coro «Avante, camarada», canção de luta de outras jornadas democráticas, e por fim a Internacional, o hino dos trabalhadores.

Usaram da palavra os camaradas Pedro, Canário, do C L do P C P; Edmundo Reis, da comissão directiva do Sindicato dos Têxteis de Setúbal, e igualmente membro da Comissão Concelhia do Barreiro.

Falou em seguida, em nome da Juventude Trabalhadora, Hermenegildo Correia que explicou as tarefas dos jovens aderentes ao Movimento da Juventude na luta pela defesa dos seus interesses e na batalha pela democracia.

Usou da palavra o camarada Domingos Abrantes, do CC do PCP, que falou do caminho percorrido desde o 25 de Abril das vitórias já alcançadas e da importância do momento político que vivemos, para denunciar em seguida as manobras da reacção e a actividade dos grupos verbalistas, que se opõem ao processo de democratização do País.

A hora alta do comício do Barreiro foi marcada pela chegada do camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP. Logo que a assistência presenciou a sua entrada no campo do Luso, uma onda de entusiasmo, de braços erguidos, de vozes em coro, se ergueu no espaço: «PCP», «Cunhal! Cunhal!» «A vitória é difícil mas é nossa».

Foi verdadeiramente a apoteose que se reacendeu no momento em que o secretário-geral do PCP iniciou o seu discurso.

A mesma intensa adesão assinalou várias passagens da sua intervenção, que noutra lugar reproduzimos.

No comício do Seixal

Não foi menos caloroso o entusiasmo popular que se viveu na noite de 9 de Junho no campo de futebol do Seixalense. Presentes mais de 7 mil pessoas, na sua grande maioria trabalhadores. Contava-se, igualmente, um grande número de jovens e de mulheres. Bandeiras vermelhas do PCP, entre a assistência e decorando a tribuna do comício. As palavras de ordem de outras assembleias repetidas em coro pelos trabalhadores.

Abriu o comício a camarada Deolinda Brito, membro da direcção da Organização Regional da Margem Sul do P C P, tendo-se seguido no uso da palavra João Aurélio Cruz dos Santos, que reafirmou a necessidade de defender as conquistas já obtidas. Falaram também um representante da Juventude Trabalhadora, que dirigiu um apelo aos jovens, um operário da Siderurgia Nacional, a jovem Dália Ferreira, do C L do P C P, que falou da luta das mulheres contra a ditadura fascista.

Usou da palavra o camarada José Vitoriano, do C C do P C P, que traçou o quadro da presente conjuntura, para nela situar as tarefas da classe operária e das forças democráticas, em estreita aliança com o Movimento das Forças Armadas.

Os trabalhadores têm estado a dar provas da sua maturidade política e do seu espírito de vigilância—disse José Vitoriano—repelindo os maneios dos reacçãoários e dos seus cúmplices, recusando-se a embarcar nas suas manobras. As manifestações e os numerosos comunicados que têm tido lugar mostram como a classe operária e outros trabalhadores estão conscientes do momento que vivemos.

O inesperado aparecimento do camarada Alvaro Cunhal, no recinto do comício e na tribuna, provocou uma súbita vaga de entusiasmo, de incóndio regozijo. Cunhal! «Cunhal!», «P C P», «P C P», gritava a assistência em coro.

Tarefa urgente

CONT. DA PÁG. 1

como o início das negociações, consequência das profundas alterações políticas ocorridas em Portugal, começa a modificar a atitude dos povos africanos num sentido favorável ao estabelecimento de um clima de amizade e cooperação com o povo português.

Também o estabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética e os outros países socialistas envolve da parte destes países, amigos verdadeiramente desinteressados do Povo Português, a esperança de que o actual processo de negociações com os legítimos representantes dos povos lutadores da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, seja activado e encaminhado no sentido de por fim às guerras coloniais, no respeito efectivo do direito dos povos à independência.

O fim da guerra colonial e a extinção do colonialismo é uma tarefa imediata e urgente no processo democrático actualmente em curso,

O mesmo vigor, acompanhou a intervenção do camarada Alvaro Cunhal, que foi o último orador da noite.

O secretário-geral do nosso Partido, saudou os operários do Seixal, cuja luta evocou, durante a ditadura fascista, para se fixar sobre o esforço dos comunistas que fizeram o «Avante!» e asseguraram a sua publicação regular durante várias décadas de anos, à custa de uma tenacidade exemplar e de pesados sacrifícios. O êxito do «Avante!» nos dias de hoje, pode medir-se pela tiragem do seu primeiro número que atingiu 500 000 exemplares. Um verdadeiro sucesso do P C P, da sua influência crescente, do seu prestígio.

O camarada Alvaro Cunhal falou em seguida das mudanças que se operaram na vida política nacional, dos perigos que esperam a presente situação da luta e do esforço dos comunistas, para consolidarem as conquistas já obtidas e continuarem o processo de democratização em curso.

Montemor-o-Novo prestou homenagem a Germano Vidigal

«A partir de hoje, esta rua chama-se Germano Vidigal. Foi nesta rua que ele trabalhou e viveu, foi nesta casa que ele foi preso. Foi aqui que ele disse: «Amigos! Eu quem descansas. Eles daqui não tiram nada!»

Com estas palavras descreveu António Gervásio as bandeiras nacionais que cobriam as lápidas colocadas na casa onde viveu um dos heróis da luta antifascista, o comunista Germano Vidigal, digno filho do povo de Montemor-o-Novo.

No passado dia 9, aniversário do dia em que, há 29 anos os criminosos fascistas assassinaram Germano Vidigal, enraivecidos pela coragem e firmeza com que ele se recusava a prestar-lhes declarações, o povo de Montemor homenageou dignamente a sua memória. Foram mais de 10 mil as pessoas que se concentraram no Rossio da vila, para participar no grande comício popular convocado pelo PCP.

Estiveram presentes, associados à homenagem a Germano Vidigal, delegações de Aljustrel, Albarça, Alvalade (Sado), Avis, Balizão, Barreiro, Beja, Elvas, Évora, Grândola, Lisboa, Mora, Pavia, Pias, Ponte de Sor, Portalegre, Santa Iria de Azoia, Vendas Novas. O coro de Pias cantou cânticos alentejanos acompanhado por toda a assistência, que também cantou com entusiasmo o «Avante, camarada!» e outras cânticos revolucionários.

Abriu o comício o camarada João Joaquim Machado, que, com Germano Vidigal, formou o primeiro Comité Local do PCP em Montemor. Falaram também os camaradas Francisco Miguel, membro do CC do Partido, o jovem de Montemor Luís Pinheiro, membro do Movimento da Juventude Trabalhadora; Dinis Miranda, membro do CC do Partido, assim como outros democratas de Évora, Pias, Aljustrel, Balizão e

Montemor. Encerrou o comício o camarada António Gervásio, membro do CC do PCP.

Referindo-se à situação política e à acção do partido nas actuais condições, disse António Gervásio: O partido tem as suas portas abertas a todos os portugueses honestos que desejem filiar-se no partido da classe operária. A defesa das conquistas do 25 de Abril e o avanço para a frente na construção de um Portugal democrático exigem que o Partido Comunista se torne num partido muito mais poderoso, não só em números como em qualidade e na sua estreita ligação com a classe operária, com as amplas massas populares. Cada militante comunista deve trabalhar para trazer às fileiras do seu partido dezenas de activistas, homens, mulheres e jovens. O recrutamento faz-se nas fábricas, nos campos, nos escritórios, nas escolas, nas herdades.

Coimbra :

Vigilância e unidade das massas populares

Derrubado o poder fascista pela sublevação militar e popular, quais são as tarefas prioritárias nas circunstâncias actuais e qual a orientação adequada a um consequente desenvolvimento do processo democrático em curso? perguntava Carlos Figueira, da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP, no comício efectuado em Coimbra.

Trabalhar em cada momento pelo reforço da cooperação e da solidariedade entre as massas populares e as Forças Armadas; tornar irreversível essa aliança, para manter e alargar as conquistas alcançadas.

O comício realizado em Coimbra foi mais uma sessão de esclarecimento e reforço da linha de acção dos militantes do Partido e das forças progressistas, em torno dos objectivos determinados pelas circunstâncias presentes. No pavilhão gimnadesportivo dos Olivais, mais de oito mil pessoas, trabalhadores na sua maioria, seguiram activamente as intervenções dos militantes do Partido, de membros da União dos Estudantes Comunistas e do Movimento da Juventude Trabalhadora.

Na mesa, sob as figuras de Marx, Engels e Lenine, de bandeiras do Partido, da bandeira nacional e da cidade, sentaram-se operários de diversos sectores de actividade, membros do DORN, do Comité Regional das Beiras, da organização concelhia do Partido, do Comité Central, personalidades estreitamente ligadas à luta antifascista representantes de movimentos democráticos, etc. Delegações operárias da Mariana Grande e da Figueira da Foz, foram recebidas com impressionantes ovacões. Dada a presidência a Carlos Figueira, o comício iniciou-se com o canto da «Internacional».

Ação e organização

Dois membros do Comité Regional das Beiras, Joaquim

Serrão e Carlos Fraião, abordaram a luta sindical e a luta dos intelectuais. Joaquim Serrão referiu as condições ruins em que o fascismo deixou a economia do País. Acentuou que todos os portugueses têm de participar na vida sindical e política de forma organizada, em particular os trabalhadores. A estes últimos cabe um papel fundamental na organização de sindicatos que saibam conduzir uma correcta acção reivindicativa na conquista de justos direitos

Luta e vigilância estudantil

A acção antifascista dos estudantes comunistas foi referida por José Roupeiro, membro da Comissão Central da UEC. Acentuou, em particular, as lutas em Coimbra e também o contributo dos estudantes comunistas para os combates travados por todo o povo. Apontou, entre os objectivos da UEC, a construção dum ensino democrático. Afirmou, ainda, que os estudantes comunistas estão activos e vigilantes contra as manobras da reacção.

Jorge Araújo, membro da Organização Regional do Norte, recordou que, entre 1957 e 1960, passou mais tempo na cave da Rua Antero de Quental (PIDE-DGS) do que na universidade, mas que sempre tivera a esperança de ir um dia a Coimbra, livre da ameaça dos Sachetis e dos Lemos da Silva.

Joaquim Namorado, subordinou a sua intervenção ao tema, «O que deve o poeta ao seu partido?», afirmando que as perseguições mais cruéis não conseguem destruir a resistência dos povos que se querem livres. Referindo vários intelectuais militantes, salientou que, foi nas grandes lutas das independências nacionais e nas conquistas do socialismo que os povos e os intelectuais ganharam uma voz profundamente significativa e uma larga audiência.

Saudando todos os participantes no comício, Carlos Brito, membro do Comité Central do PCP, referiu-se ao contributo de Coimbra para o desenvolvimento da democratização do País, após a sublevação militar. Apontou a necessidade da consolidação das liberdades e seu alargamento, do termo da guerra colonial, da construção da democracia, pois os monopólios capitalistas mantêm-se. O salário mínimo já conseguido — afirmou — veio beneficiar cerca de 50 por cento dos trabalhadores, pelo que tal medida governativa era de saudar.

No decorrer do comício, encerrado pela intervenção de Carlos Figueira, foi notada a presença, entre os assistentes, do prof. Paulo Quintela, sendo então alvo de uma manifestação de apreço. Dois jornalistas da República Democrática Alemã e um da República Socialista da Checoslováquia, também se encontravam presentes. Chamados pa-



Montemor-o-Novo, permanece fiel à memória de Germano Vidigal

ra a mesa, foram entusiasticamente ovacionados.

Baixa da Banheira : A força e a vitalidade do PCP

Crescem as razões de confiança e de certeza no processo democrático no nosso país. É dia a dia mais forte a consciência da classe operária e das massas populares.

O comício realizado no dia 11, na Baixa da Banheira, é uma prova eloquente. Foi uma magnífica jornada de propaganda e de mobilização popular, na qual se integraram mais de 3000 pessoas, na sua grande maioria trabalhadores.

Usando da palavra neste comício, o camarada Dias Lourenço, do CC do PCP, afirmou em determinado passo do seu discurso:

Seria um erro muito grande pensar-se, pelo facto de os comunistas estarem no Governo Provisório, que vão fazer o comunismo. Isso é uma perspectiva completamente errada. Os comunistas estão no Governo Provisório coligados com outras forças para a realização de objectivos imediatos comuns. Quais são esses objectivos imediatos? A realização do Programa das Forças Armadas. É esse programa que o Governo Provisório vai levar à prática.

António Augusto Chora, do Movimento da Juventude Trabalhadora, denunciou o verbalismo pseudo-revolucionário e todo o oportunismo político e sindical. Falou depois o operário da construção civil, Manuel António, dirigente sindical, que fez um apelo à unidade da classe operária. Seguiu-se-lhe ao uso da palavra o camarada Francisco Oliveira do Monte, operário metalúrgico, que analisou a situação dos operários daquele ramo industrial na margem Sul e da necessidade de se unirem em torno do sindicalismo respectivo.

Falou ainda a camarada Irene Marques, do Comité Regional do distrito de Setúbal do PCP, que assinalou alguns aspectos típicos da exploração das mulheres trabalhadoras por capitalistas estrangeiros que instalaram as suas

fábricas na região, anotando ao mesmo tempo a importância do trabalho desenvolvido pelo Movimento Democrático das Mulheres. Portuguesas, movimento unitário que tem como objectivo unir e organizar as mulheres na justa batalha pela defesa dos seus interesses e no reforço e alargamento das conquistas democráticas.

Mais de 4000 pessoas no comício em Vila Franca de Xira

Os trabalhadores, o povo de Vila Franca de Xira, responderam de modo inequívoco ao apelo do PCP, para participar no comício organizado pela DORL no passado dia 8.

No mesmo local onde há 30 anos foram encarcerados centenas de trabalhadores em greve, porque lutaram por não, justiça e liberdade, estiveram milhares de trabalhadores numa afirmação de força e unidade, de confiança no seu Partido.

O comício foi presidido pela camarada Georgete Ferreira, membro do CC do PCP, que abriu a sessão com algumas palavras sobre o significado do acto. Tomaram a palavra, em nome dos jovens trabalhadores, o camarada Horácio Rufino e pela Comissão Concelhia, José Rodrigues Júlio, Artur Neves e Graca

Manquinho e ainda os camaradas Sofia Ferreira e Octávio Pato do CC do PCP.

Vivamente aplaudido pela assistência o camarada Octávio Pato afirmou: «As forças da contra-revolução nacionais e estrangeiras lançaram em fins de Maio uma ofensiva que visava sustar o processo democrático e quebrar a aliança com as Forças Armadas. As chamadas greves selvagens, fomentadas e inspiradas pelos monopólios e agentes da contra-revolução tinham o objectivo de semear a confusão, criar um ambiente de insegurança, paralisar a economia do País e proporcionar condições para uma acção contra-revolucionária e a retomada do Poder pela reacção».

Referindo-se ao Governo Provisório e à limitação do seu programa, o camarada Octávio Pato afirmou:

«É bom que todos compreendam que mais do que a satisfação de algumas reivindicações económicas, aquilo que nesta hora é decisivo, o que é fundamental para melhorar as condições de vida de todo o povo, é consolidar as conquistas democráticas e pôr fim às guerras coloniais. Se isto se fizer avançaremos. Se o não fizermos a contra-revolução ameaça-nos».

Já depois de encerrado o comício pela camarada Georgete Ferreira foi proposto um

voto de confiança ao CC do PCP. Novos aplausos apoiaram esta proposta.

Comício em Salvaterra de Magos

Organizado pela Comissão Concelhia do PCP, realizou-se em Salvaterra de Magos um comício do PCP em que usaram da palavra os camaradas Manuel Balsinha, membro do Comité Regional do Alto Ribatejo, Carlos Pinhão, da Direcção Regional do Baixo Ribatejo e do Oeste, um representante do Movimento da Juventude Trabalhadora de Ourique, Nelson Caleiro, a camarada Laura Serra e o dr. José Sam-ai-o e ainda os camaradas Jaime Serra e Francisco Miguel do CC do PCP, que foram frequentemente interrompidos com efusivos aplausos durante as suas intervenções.

Estiveram no comício mais de 1000 pessoas, na maior parte trabalhadores rurais. Durante o comício foi aprovada por aclamação a seguinte moção: «No primeiro comício comunista em Salvaterra de Magos, os comunistas, os trabalhadores e todos os homens e mulheres progressivos aqui representados saudam o Partido Comunista da União Soviética no momento do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal libertado e o grande povo soviético».

Necessidade de uma visão clara

CONT. DA PÁG. 1

O PCP opta firmemente pela democratização e conta para tal política com o apoio de amplas massas populares, evidenciado de Norte a Sul do País.

Participação dos comunistas

O PCP participa activamente no processo de democratização da sociedade portuguesa. Participa nesse processo estreitamente ligada às massas, auscultando o seu sentir, as suas aspirações e as suas necessidades, aprendendo diariamente com as massas e, ao mesmo tempo, pondo a sua experiência revolucionária ao serviço das massas, advertindo-as dos perigos e indicando-lhes o caminho.

Em toda a parte onde se encontram (nas fábricas e noutros locais de trabalho, nos campos, nos sindicatos, assim como no Governo) os comunistas defendem os interesses dos trabalhadores, das massas populares e orientam a sua actividade com uma preocupação fundamental e prioritária: defender e consolidar as liberdades, pôr fim à guerra, cortar o caminho à contra-revolução, conduzir a democratização até à realização das eleições livres para a Assembleia Constituinte.

Os comunistas estão no Governo porque foi geralmente reconhecida a necessidade da sua participação na democratização da vida nacional, porque o povo assim o quis e porque o Partido considerou poder no Governo defender melhor os interesses do povo e do País.

O programa do Governo é limitado. Mas muitas medidas úteis têm sido e podem continuar a ser tomadas.

Assim como a entrada dos comunistas no Governo foi um importante factor da constituição da coligação governante e do apoio das massas e da confiança das massas no Governo, assim a sua eventual saída representará, sem dúvida, uma brusca e brutal quebra do equilíbrio político, a perda da perspectiva democrática e o caminho aberto a uma política reacçãoária.

Por isso os trabalhadores, as massas populares, as forças democráticas continuam a exigir que, apesar de todas as dificuldades, contradições e perigos, os comunistas se mantenham firmemente no Governo Provisório.

A questão colonial

UMA das aspirações que animam o movimento de 25 de Abril e uma das causas do amplo apoio de massas que recebeu foi o declarado propósito de pôr fim à guerra colonial.

O fim da guerra colonial tornou-se uma verdadeira exigência nacional. Nos planos político, económico, social, diplomático, urge pôr fim à guerra.

A questão é de saber como lhe pôr fim e quais são, no concreto, as soluções. Já no tempo do fascismo, a permissão de um grande debate nacional sobre o problema colonial era uma exigência do movimento democrático. O programa do Movimento das Forças Armadas inscreveu como objectivo a realização de um tal debate sobre tão magno problema. A vida corre mais veloz do que se prevê, a situação evoluiu e hoje mais do que nunca se impõe um tal debate, que, para conduzir a resultados positivos, terá, por um lado, de ser sereno e construtivo e, por outro lado, de ser realizado com liberdade e real respeito das várias opiniões.

Em nada contribuem para uma justa solução, antes tendem a comprometer o caminho para ela, tanto posições acomodáticas que levem a renunciar a questões de princípio como a exaltação verbal e apelos à violência e à revolta, que só podem reforçar as tendências conservadoras.

É muito positivo que exista, como existe, um verdadeiro consenso nacional acerca da necessidade de pôr fim à guerra e de se procurar uma solução política com respeito pelos princípios da autodeterminação e da independência. Este consenso significa um enorme passo no sentido de uma justa solução.

Iniciaram-se negociações com os legítimos representantes dos povos submetidos ao colonialismo português. É também muito positivo.

Manifestam-se, porém, ainda, ideias muito diversas acerca das perspectivas de solução a curto e a médio prazo e acerca dos métodos e processos a utilizar para a descolonização.

Numa ideia central, de carácter geral, tem insistido o PCP: seria extremamente improvável o fim da guerra e uma solução política, se não se reconhecesse realmente, na prática, o direito à autodeterminação e à independência.

A partir daí o processo que conduzirá a uma justa solução ficará extremamente simplificado.

Apesar da complexidade da situação, dois factores fundamentais continuam a permitir confiar no êxito do processo de democratização em curso. Um é a força do movimento popular de massas, a unidades da classe operária e do Movimento Democrático. Outro é o empenho das Forças Armadas nesse processo. Defendendo-se e reforçando-se a unidade do movimento popular e democrático e a aliança do povo com as Forças Armadas estará no fundamental assegurada a vitória.

A reacção e o fascismo continuam a tentar reorganizar-se e a lançar a confusão. No dia 10 de Junho, a reacção tentou fazer a sua primeira manifestação de rua. O resultado foi um completo fracasso, mas ficou evidente que a reacção não desarma.

Vigilantes em relação aos perigos, unidos e confiantes, os democratas, as Forças Armadas, as massas populares estão em condições de levar a bom êxito o entusiástico empreendimento de construir um Portugal completa e definitivamente libertado do fascismo e da guerra, um Portugal democrático, pacífico e independente.

No campo luta-se!

ASSALARIADOS RURAIS EM ACÇÃO NO ALENTEJO E NO RIBATEJO

Activos desde sempre na frente de luta antifascista do Povo Português e na defesa das suas legítimas reivindicações, o proletariado rural do Alentejo e do Ribatejo está, desde o dia 25 de Abril, nas primeiras linhas do combate pela consolidação das conquistas já alcançadas e pela resolução de algumas das suas tarefas e problemas imediatos. Eis, relatadas pelos correspondentes do «Avante!», algumas das últimas acções dos trabalhadores agrícolas de diversas regiões:

— Após o comício de homenagem a Germano Vidigal, que reuniu, no passado dia 9, em Montemor-o-Novo, cerca de 10 mil pessoas, na sua grande parte trabalhadores do campo, realizou-se, a noite, no Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, uma reunião de tiradores da cortiça. Estiveram presentes mais de 150 trabalhadores da terra. António Gervásio, membro do CC do PCP, foi convidado pelos trabalhadores a assistir a essa reunião. Travou-se animado debate. Foram aprovadas as seguintes reivindicações para a próxima tiragem da cortiça: salário de dois contos por semana; 44 horas semanais; recusa a fazer empreitadas e anulação das já existentes; pagamento dos dias feriados.

— Os trabalhadores agrícolas de Vila Franca de Xira, que têm estado empenhados na transformação da Casa do Povo em sindicato e na criação da Liga dos Camponeses do Ribatejo, têm vindo

a realizar grandes reuniões sindicais com centenas de trabalhadores. Recentemente, os trabalhadores convocaram os lavradores para uma reunião na Casa do Povo a fim de discutirem em conjunto vários problemas relacionados com as condições de trabalho. No final dessa reunião foi aprovada e assinada uma convenção de trabalho que estabeleceu: horário de 8 horas; pagamento das horas extraordinárias a 50%; pagamento dos dias feriados e domingos a 100%; transporte até ao local de trabalho e regresso, garantido pelos lavradores; transporte, igualmente garantido pelos lavradores, no fim-de-semana, para os trabalhadores da Lezíria se deslocarem a Vila Franca, a fim de fazerem as compras da semana. Ficou ainda estabelecido que as jornas seriam aumentadas entre 15 a 20%, comprometendo-se os lavradores a repor, com efeito retroactivo, a partir de

1 de Maio, as diferenças que existirem quando for fixado o salário mínimo para o campo. Também se comprometeram os lavradores a instalar casas desmontáveis para os trabalhadores rurais.

— Importante tem sido também a participação dos trabalhadores do campo na eleição de comissões administrativas para as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e Casas do Povo. No Escoural, Foros de Vale de Figueira, Arraioles, Avis, Benavila, Ervedal, Foros de Cortiçados, Cíborro e outras terras dos distritos de Évora e Portalegre, por exemplo, a participação dos trabalhadores rurais no processo de saneamento em curso tem sido massiva e valiosa a sua contribuição para a eleição, em amplos plênários e assembleias, com centenas e milhares de pessoas, de homens honestos, representativos e capazes para as comissões administrativas das Câmaras, Juntas de Freguesia e Casas do Povo. No plénário de Montemor-o-Novo, do passado dia 2, reuniram-se 2 mil pessoas, 1500 no plenário de Benavila de 26/5 e mil no plenário do Escoural, do passado dia 2. A maioria dos participantes nestes plênários era constituída por trabalhadores agrícolas. Na sua acção, nesta importante frente, têm-se defrontado os trabalhadores rurais com a resistência encarnada dos agrários e fascistas, que através de pressões junto de go-

vernantes civis, através de listas com fascistas menos «queimados» e através de ameaças abertas («vocês agora riem-se, qualquer dia choram!», dizem, por exemplo, descaradamente, os fascistas do distrito de Portalegre), procuram opor-se às medidas de saneamento que estão em marcha.

Pelo reforço da aliança entre a classe operária e o campesinato

Sob este lema realizou-se, em Agueda, no passado dia 8, um comício do PCP. A destruição de toda a orgânica fascista na agricultura, a luta pelos objectivos imediatos que ponham termo às dificuldades criadas aos que trabalham nos campos por um fascismo liquidado ao cabo de 48 anos, bem como o reforço da organização sindical em todas as fábricas e empresas, a unidade entre a classe operária e o campesinato para a conquista da democracia — foram os objectivos apontados pelos oradores que falaram no comício, que teve a presidência Carlos Costa, membro do CC do PCP.

As dificuldades sem conta para os milhares de pequenos e médios agricultores criadas por cerca de meio século de fascismo foram tratadas neste comício, que teve larga participação de camponeses. Foi denunciada a máquina corporativa fascista da agricultura, o peso arrasante das taxas e impostos, a falta de assistência técnica, a política de altos preços dos produtos industriais necessários à agricultura, toda a protecção fascista aos monopólios e aos grandes agrários, que lançou na ruína milhares e milhares de pequenos e médios agricultores. Foi evocada a luta e o movimento de protesto do campesinato da região contra o governo fascista e foram apontados alguns dos objectivos imediatos pelos quais o campesinato deve lutar neste momento: destruir toda a orgânica fascista na agricultura; aliviar os camponeses pobres do pagamento de pesados impostos; intensificar uma política de créditos vantajosos; fomentar o auxílio técnico à agricultura e melhorar substancialmente o nível económico e cultural das massas rurais. Na luta por estes objectivos, que só podem ser conseguidos a par de um reforço das conquistas democráticas, se cimentará a aliança entre o campesinato e a classe operária, a mais consequente defensora das liberdades democráticas.

«Os baldios são do povo!» — voz única em Préstimo e Talhadas do Vouga

«Os baldios são do povo!» — clamaram as populações de Préstimo (concelho de Agueda) e Talhadas do Vouga, nas assembleias populares que aí se realizaram, nos passados dias 2 e 9 de Junho, respectivamente.

Na reunião que decorreu em Préstimo, na qual participaram cerca de 200 camponeses, foi ponto muito debatido a restituição dos baldios ao povo, tendo sido aprovado, também, o seu aproveitamento, designadamente para a pastorícia. A presença na mesa de um redactor do jornal «A Terra», órgão de unidade dos camponeses do Norte, foi muito bem recebida.

Em Talhadas do Vouga, freguesia onde já antes da sublevação de 25 de Abril, os camponeses haviam desenvolvido grandes lutas pela recuperação dos baldios, tendo conseguido uma importante vitória com a restituição dos baldios paroquiais, dos terrenos particulares, dos terrenos florestais haviam usurpado e de uma vasta área florestal, estavam presentes cerca de duzentos camponeses, que debateram vários problemas. Foram eleitas comissões dos vários lugares da freguesia para dirigirem a luta pela recuperação das matas que ainda se encontram em poder dos S. F. Também aqui foi particularmente bem recebido o representante d'«A Terra», jornal que sempre esteve na direcção das lutas pela recuperação dos baldios.

Tanto em Préstimo como em Talhadas do Vouga, os camponeses pronunciaram-se contra a permanência dos elementos dos Serviços Florestais na direcção, administração ou orientação técnica das matas, do ponto em que a actividade passada desses serviços se caracterizou sempre por um cunho profundamente lesivo dos interesses das populações e por

um brutal autoritarismo e arbitrariedade.

Os problemas da agricultura em Macieira de Cambra

Três mil e quinhentas pessoas reuniram-se no comício realizado em Macieira de Cambra pelo Movimento Democrático, Esmagadora maioria da assistência constituiu-na os pequenos e médios agricultores da região. Os problemas da agricultura, designadamente a restituição dos baldios ao povo, o não pagamento do leite aos agricultores e a situação da casa do povo local, foram os temas tratados pelos oradores e sublinhados com manifestações de apoio por parte dos assistentes. Particularmente bem recebida foi a intervenção do representante do jornal «A Terra», órgão de unidade dos camponeses do Norte, que, depois de denunciar as calúnias que os fascistas sempre levantaram a respeito da posição dos comunistas nos problemas da agricultura, apontou o caminho a seguir no actual momento, demonstrando a necessidade de serem formadas comissões de pequenos e médios agricultores para uma defesa consequente dos seus interesses.

CASAS DOS PESCADORES — movimento em marcha

Durante os anos de ditadura fascista a vida dos pescadores foi das mais duramente afectadas pela desenfreada exploração do grande capital. Sujeitos a um trabalho extremamente duro e mal pago, os homens do mar viram-se expulsiados da justa retribuição ao seu labor, esmagados por uma organização corporativa que nunca os defendeu, reprimidos em todas as tentativas para fazer valer os seus legítimos interesses. Os primeiros passos para a libertação das pescas da clique Tenreiro começaram a ser dados agora. É deste movimento que a seguir daremos alguns significativos exemplos. Proximamente falaremos de outros.

Nos princípios do mês passado, realizou-se na Docapesca de Pedrouços, uma reunião com cerca de 1500 pescadores. Eleita uma comissão provisória que os representaria dirigiram-se em massa à Junta Central da Casa dos Pescadores, também em Pedrouços, e ali se apressaram das chaves do edifício, sem a menor resistência e na maior ordem.

A pedido dos pescadores, deslocaram-se à Docapesca quatro oficiais do MFA, a quem se deu conta do ocorrido. Ficou entretanto decidido que as chaves seriam devolvidas, a fim de evitar qualquer paralisação de serviços, nomeadamente os de assistência médica e medicamentosa. Numa grande reunião a seguir realizada, foram eleitos mais três trabalhadores para substituírem a direcção da Casa dos Pescadores de Lisboa.

O movimento estava em marcha. Após contactos com a Junta de Salvação Nacional em Belém, foi decidido pelos homens do mar contactar com as outras casas de pescadores, dando-lhes conta dos passos dados e lembrando-lhes a necessidade de elegerem novas direcções. Foram trocadas mensagens de barco para barco, por rádio e telegrama. Dois dias depois, a Casa dos Pescadores de Cascais também já tinha nova direcção livremente eleita. A acção prosseguiu noutros pontos do País. Os pescadores tomavam nas mãos os seus próprios destinos e iniciavam o processo da sua emancipação da tutela fascista.

Deve ser salientado que nesta iniciativa os trabalhadores do mar encontraram a melhor compreensão e apoio do MFA, em particular da oficialidade da Marinha de Guerra.

Prejuízos para todos

Vejam alguns problemas impostos a esta classe pelo fascismo e que também afectam o público. Por exemplo: um barco atracado à Docapesca com 90 mil quilos de peixe diverso. Contra o interesse dos pescadores, o peixe não é vendido na loja, onde a concorrência entre compradores poderia aumentar o rendimento da pesca e, portanto, o pagamento aos pescadores, visto eles na maior parte dos casos receberem à percentagem. O produto é adquirido na totalidade, pela Gelmar, com um desconto de 10 por cento.

A situação desta empresa é de privilégio. Justifica-se assim o investimento de capital da Torralta, que abastece as suas empresas turísticas e arrecada bons lucros no fim do ano.

Situação insólita

Foqemos outro caso. Tal como era administrada, a

Réal de Santo António a Matosinhos, estão dispostos a dar o seu contributo e a participarem na obra de saneamento e de reconstrução da actividade pesqueira.

DESERTORES E REFRACTÁRIOS

A atitude a tomar pelos refractários e desertores na situação política actual parece suscitar ainda algumas dúvidas particularmente entre jovens que se encontram na emigração.

Falando no Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora que teve lugar em Lisboa no dia 26 de Maio, o camarada Alvaro Cunhal referiu-se ao problema nos seguintes termos:

«Os jovens refractários e desertores são necessários à construção do Portugal democrático em que o nosso povo está hoje empenhado. Apelamos para que voltem.

«Mas voltando, terão naturalmente que cumprir o serviço militar, tal como quaisquer outros jovens portugueses.

«Na situação presente, apesar de não ter sido ainda posto fim à guerra, não se justificaria qualquer estatuto especial que desse aos refractários e desertores direitos especiais nas Forças Armadas — onde milhares de jovens oficiais, soldados e marinheiros (que daqui saudamos calorosamente) mostram, pelas suas posições e acções, que é ali, nas Forças Armadas, que os jovens em idade militar podem e devem cumprir hoje os seus deveres para com o Povo Português.

«A participação na democratização da vida portuguesa tem hoje lugar não só nas tábricas, nos campos, nas escolas, em todos os locais de trabalho e da vida da juventude, mas também, com alta importância, em todos os ramos das Forças Armadas.

Esta atitude é determinada pela nova situação política, pelo processo de democratização em curso e pela perspectiva do fim da guerra com a

X CONGRESSO DA LIGA DOS COMUNISTAS NA IUGOSLÁVIA

De 27 a 30 de Maio, realizou-se, em Belgrado, o X Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia. Nos trabalhos preparatórios e nas sessões de trabalho, os comunistas jugoslavos discutiram o reforço do papel dirigente da classe operária e da Liga dos Comunistas na construção do socialismo na Jugoslávia. A convite da L. C. J. participou nos trabalhos do Congresso o camarada Carlos Abolín Inglês, membro do P. C. C., em representação do P. C. P. O nosso camarada realizou encontros com dirigentes da Liga, foi recebido pelo presidente Tito e teve uma conversação com o membro dos Negócios Estrangeiros e vice-presidente do Conselho Federal, camarada Dimitrić. Na Fábrica de Motores 21 de Maio, nos arredores de Belgrado, realizou-se um caloroso comício de solidariedade com a luta dos comunistas dos trabalhadores e do povo português, em que o nosso camarada discursou, tendo ainda visitado todo um importante centro desportivo e o combinado agro-industrial Belgrado.

A presença de um delegado do P. C. P. no X Congresso da L. C. J. contribuiu para a ampliação das relações fraternais entre os comunistas portugueses e os comunistas jugoslavos, no interesse do reforço da unidade do movimento comunista internacional, baseado nos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário.

Façamos o processo dos crimes da PIDE-DGS

DEPOIMENTO DE MARIA CHIBANTE

Instrumentos da tirania, ferramentas de uma opressão política e económica, os criminosos da PIDE/DGS prenderam e torturaram sadicamente todos os que ousavam resistir, e muitos foram. Só de 1971 a 1972, entraram nas prisões fascistas 438 portugueses.

Destes, 236 foram libertos até ao fim do ano de 1972, antes do julgamento ou, na maioria dos casos sem serem submetidos a julgamento. Durante os 48 anos de fascismo, milhares de portugueses experimentaram os horrores das prisões políticas sem sequer terem «culpa formada». O fascismo não se preocupou sequer em respeitar a sua legalidade fraudulenta. A sua lei foi sempre a do terror, a da violência feroz. A esta lei poucos escaparam. Mesmo aqueles que mordiam a sua revolta no silêncio em que o fascismo os entriçoeirara, lhes sofreram intimidações.

Os criminosos da PIDE-DGS têm um nome. Têm um rosto. Quase pareciam homens. Porém, perpetuaram, sob mando e causa do fascismo, terríveis crimes contra a Humanidade.

Foram os torturadores do povo. E o povo tem de conhecer com toda a sua extensão os crimes cometidos. O povo que lhes sofreu a acção desenfreada tem de denunciá-los amplamente.

«Avante!», será uma tribuna desta denúncia popular. Continuaremos a publicar depoimentos de militantes antifascistas vítimas da repressão. Neste sentido, um vasto campo de colaboração se abre a todos os que possam testemunhar a acção destes algozes do povo português.

Façamos, pois, o processo dos criminosos do PIDE-DGS!

Depoimento

Maria Custódia Chibante é filha do Conço, uma terra que muitos militantes deu à luta do Povo Português pela libertação. A coragem que sempre a animou nas horas da resistência, conserva-a agora no momento da construção.

Foi presa a 27 de Abril de 1962 com companheiros do Conço, aos quais se viriam juntar, como resultado da jornada do 1.º de Maio, trabalhadores do Barreiro, Aljustrel, Palma e Lisboa.

Durante cinco meses e meio de prisão, submetida a total isolamento, Maria Custódia jamais perdeu o ânimo que caracteriza os combatentes antifascistas. Da dureza desta experiência relatamos Custódia alguns aspectos. Foi ao fim de um mês de desgast que se iniciaram os verdadeiros interrogatórios.

Aparentemente estive sempre calma mas o meu estômago ressentiu-se muito e as náuseas eram evidentes. Assim, como não aceitei comidas, depois de ter passado várias refeições sem comer, decidiram chamar o chefe da brigada, Silva Carvalho, o qual me ameaçou com a sentença. A mulher pede que me estava a guardar no momento, chamada Odete, e de aspecto

franzino, tentou persuadir-me a comer mas como eu não o fizesse mandou-me tirar os brincos, relógio e anel, só ficando com a aliança. A poucos momentos de ser rendida deu-me umas bofetadas para me encorajar a comer. A seguir entrou uma outra com todo o aspecto da sua baixa condição moral, chamava-se ela Assunção, e pelo que ouvi dizer aos colegas, tinha transitado da Judiciária para a PIDE. Assim que entrou, com o seu ar cínico, colocou um cacete de grandes dimensões em cima da mesa, eu sabia que elas batiam, mas não com cacetes, e pensei que era para me aterrorizar. Quando me recusei a comer disse-me que os presos não tinham que e portanto eles mandavam e nós tínhamos de obedecer.

Daquei não sai ninguém vivo se não fala

«Avante!» — A reacção dos agentes da PIDE-DGS a atitudes de firmeza era habitualmente a extrema violência...

— Espancavam-me durante toda a noite apenas com pequenos intervalos. Para ela descansar, saía para o corredor ofegante e a abanar-se, tão cansada estava. Levantava-me a sala e espancava-me com o cacete até se cansar. Foi de tal maneira brutal que fiquei negra da cintura até à curva da perna. Deu-me também uma série de bofetadas, que quase deixei de ver do olho esquerdo devido ao impacto. Disse-me então, cingidamente, que já estava a Camões.

Quando tentei defender a cara foi tal a dor ao receber a pancada do cacete na mão que pensei que ficaria partida. A mão ficou toda ela esverdeada e inerte, pois só com a outra a conseguia elevar. As pancadas na nuca são horríveis e deu-me tantas em tipo de cutelo que me dava a sensação de que a testa se abria. Aquela mulher mais parecia uma fera do que um ser humano; pegava-me pelo cabelo e fazia-me andar de um lado para o outro com tanta força que quando me largava quase caía. Eu penteava-me e o cabelo arrancado era aos montes.

Quando se convenceu que não me fazia comer apertou-me o nariz com força e meteu-me um copo com leite nos lábios. A sua fúria foi indescrevível ao ver que nem assim conseguia o seu intento. Então, despejou-me o leite pela cara e continuou a espancar-me. Pôs-me em seguida de estatura no meio da sala e eu, que nunca desmaiei, senti-me nesse momento desfalecer. Disse-lhe: «Se a senhora não me manda sentar eu calo.» Olhou-me e, como o meu aspecto era, evidentemente mau, mandou-me sentar.

Entrou então uma outra chamada Madalena, de porte atlético e olhar cínico. Fez mor-

dares comentários em relação ao meu aspecto e começou o interrogatório. As minhas negativas em relação às acusações que me fez ocasionaram-me mais espancamentos, principalmente na nuca, o que me levou a pensar que talvez não sáisse dali com vida.

Chamado o chefe Silva Carvalho, para lhe darem conhecimento de que «não queria falar», disse-me: «Daqui não sai ninguém vivo se não falar.»

«Avante!» — Quanto tempo durou esse primeiro período de tortura?

— Estive 48 horas na PIDE. Fui interrogada e amesquinhada várias vezes. Cheguei ao limite das forças físicas ao fim de 75 horas de lá estar.

Até então não me deixaram dormir, pois quando, sentada numa cadeira, fechava os olhos, eles davam murros na mesa e batiam os pés com força no chão. Isto arrasava-me completamente e tinha a sensação de que o coração me saltava pela cabeça.

Foram então buscar um colchão imundo no qual me dei e não conseguindo adormecer tal era o meu estado nervoso. Deram-me um comprimido e assim passei pelo sono como se costuma dizer, pois não consegui dormir verdadeiramente.

No dia seguinte tentaram tirar-me o colchão mas como não conseguia sustê-lo em pé continuaram os interrogatórios sentada no dito colchão. Ao verem que não me recompunha, resolveram levar-me para o forte. Levaram-me em braços, pois não conseguia andar. No dia seguinte o médico foi à sala para me medicar; depois de uma forte crise nervosa que tive, já estava a ser tratada pela enfermeira com infravermelhos.

Preferia a morte

a trair-me a mim mesma

«Avante!» — Face à brutalidade, da PIDE, donde te vinha a coragem para resistir?

— Tenho hoje 41 anos e não gosto de morrer, é certo, mas tão-pouco me aflige a ideia de morrer. E nessa altura preferia a morte a trair-me a mim mesma.

A minha coragem e força deve-se em grande parte ao conhecimento das grandes torturas que tinham sofrido muitos camaradas e o seu exemplo levou-me a não recuar o que quer que fosse.

Nós sofriamos muito quando nos espancavam mas creio que a nossa dor não era menor ao ouvirmos os nossos camaradas de sofrimento a serem torturados.

Como eu, muitos milhares de pessoas sofreram os horrores da PIDE e também muitas delas muito mais do que aquilo que vos conto. O meu único intuito ao fazer este relato é o de desmascarar o regime fascista que sempre adoptou atitudes de autêntico criminoso contra os que lutavam pelo pão e pela liberdade.

Desejo que justiça seja feita para bem deste querido País, que é o nosso Portugal.



Portugal na O. I. T.

Avelino Gonçalves fala ao «Avante!»

Em nome do Governo Português, queremos assinalar as profundas transformações no nosso país, no campo político, económico e social — declarou o ministro do Trabalho, Avelino Gonçalves, iniciando a sua intervenção na Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada nesta semana em Genebra. Trata-se do primeiro contacto de Portugal com a OIT, depois da liquidação do regime fascista. Numa entrevista para o «Avante!» Avelino Gonçalves destaca os objectivos, actividades e resultados desta participação nos trabalhos da OIT de uma primeira delegação do Portugal livre.

«Avante!» — Qual o objectivo da deslocação a Genebra do ministro do Trabalho e do ministro dos Assuntos Sociais?

A. G. — O objectivo da nossa presença nos primeiros dias da Conferência Internacional do Trabalho era o de significar junto da OIT e das delegações dos países associados a disposição de Portugal de desenvolver uma política de cooperação internacional, de paz e amizade com todos os povos.

«Avante!» — Como foi expressa tal política? E como foi acolhida a sua afirmação?

A. G. — A própria presença de Portugal a nível governamental foi, só por si, olhada como um gesto significativo. Certamente, ela não seria bastante para «desbloquear» a actuação da representação governamental à conferência. Eram necessárias declarações de princípio e afirmações de vontade que estivessem de acordo com a nova situação política portuguesa e com as exigências da cooperação internacional. Foi nesse sentido que foi elaborada a nossa intervenção.

«Avante!» — Falou em «desbloquear» a representação governamental portuguesa. Porquê?

A. G. — Portugal desde há muitos anos que era posto em causa nas conferências anuais da OIT, devido, principalmente, à guerra colonial. Nos dois últimos anos, Portugal não apresentou à OIT os relatórios que todos os países associados devem elaborar sobre a situação interna no que respeita à aplicação das convenções. Era negada uma autêntica colaboração com a organização. Era, pois, necessário que fosse tomado um compromisso solene e claro de que Portugal mudaria este estado de coisas.

«Avante!» — Considera que a declaração do Governo Português no Plenário da Conferência alterou o comportamento das restantes delegações para com a nossa?

A. G. — Certamente. É certo que já antes da nossa intervenção havíamos sido procurados por duas delegações de países africanos e que recebemos mesmo um convite, por parte da Nigéria, para assistir à exibição de um filme. Mas os simples cumprimentos tinham por detrás de si um mundo de interrogações. Depois de ter sido feita a declaração portuguesa fomos recebidos com evidentes provas de amizade pelas delegações e pessoas com quem contactámos.

«Avante!» — Quer dizer que a intervenção portuguesa feita na sessão plenária esclareceu os presentes sobre a situação em Portugal e sobre o programa que ao Governo Provisório pertence cumprir, não é assim?

A. G. — Surpreendentemente, assim parece ter sido. É falo de surpresa porque a declaração portuguesa se enquadra estritamente nos termos do programa e de anteriores declarações públicas. No que respeita à questão colonial, a nossa exposição, como se pode verificar, enquadra-se no amplo esquema que a diplomacia portuguesa vai desenvolvendo com vista

que, com o acordo expresso do PAIGC os países africanos não retiravam a proposta, mas pediam a sua suspensão. Levantou-se posteriormente uma questão processual, qual era a que resultava de saber se, suspensa a proposta, poderia ou não ser votada como uma das cinco prioritárias — o que significava, afinal, ser ou não ser, na prática, submetida a discussão. A mesa da Comissão de Resoluções era de opinião de que, uma vez que tinha sido suspensa a proposta, ela não poderia ser inscrita entre as prioritárias.

«Avante!» — Durante o tempo de permanência em Genebra tiveram quaisquer encontros de trabalho com quadros responsáveis do BIT?

A. G. — O ministro dos Assuntos Sociais, dr. Mário Murtel, encontrou-se com elementos qualificados de organismos especializados da OIT, relacionados com assuntos do seu Ministério, e teve uma entrevista com o secretário-geral da OIT, a que eu não pude estar presente por virtude de haver sido antecedido a uma hora a que devia intervir no plenário.

Sei que qualquer desses encontros se desenvolveu em ambiente de franca cordialidade e que foi aprazada a vinda a Portugal de equipas técnicas que tratarão problemas de saúde pública e seguro de desemprego.

Acompanhado do chefe da delegação governamental, Sérgio Ribeiro, e de Daniel Cabrita, membro do Gabinete que me acompanhou a Genebra, avistámos-nos com o responsável pelas convenções. Foi-nos manifestada a confiança que a OIT deposita quanto à renovação das normas sócio-laborais e à prática das relações de trabalho em Portugal. Pela nossa parte manifestámos a nossa disposição em perfeita concordância com tal convicção. Ficou previsto que, tão logo manifestássemos interesse, imediatamente o OIT faria deslocar a Portugal técnicos especializados em matéria de legislação sindical e de trabalho.

NOTA — O PCP precisa do apoio e do esforço de todos os trabalhadores conscientes. Que este camarada, como muitos outros tomem contacto com os centros de trabalho.

Nota do PCP sobre o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética

1. Acabam de ser estabelecidas, pela primeira vez na História, relações diplomáticas entre Portugal e a URSS. No comunicado conjunto dos dois governos declara-se que a troca de missões diplomáticas se fará no mais curto prazo possível. Abre-se, assim, um futuro de amplas e frutuosas relações políticas, económicas, culturais, científicas, técnicas, turísticas, desportivas e outras entre a República Portuguesa e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, entre o povo soviético e o povo português. Trata-se de um acontecimento de relevante significado político para o Governo Provisório português, para o processo de democratização iniciado pelo MFA em 25 de Abril, para os trabalhadores e o povo de Portugal.

2. Saudando o estabelecimento de relações no plano dos Estados entre Portugal e a União Soviética, a Comissão Executiva do Comité Central do Partido Comunista Português dá expressão à alegria dos comunistas portugueses que, ao longo de meio século e arrostando com a repressão fascista e com as campanhas anticomunistas, souberam fazer face a uma inquebrantável entre os dois povos.

3. O PCP está absolutamente certo de que em breve serão estabelecidas relações diplomáticas com os outros países socialistas. O estabelecimento e desenvolvimento de relações multiformes, na base do interesse mútuo e do respeito pelos princípios de coexistência pacífica, entre Portugal e os países socialistas, constituirão um factor inestimável para a consolidação da democracia e da independência de Portugal, para a solução de graves problemas económicos e de desenvolvimento, para acelerar o progresso técnico e cultural do nosso País. Ao mesmo tempo, será uma contribuição positiva para a segurança na Europa e para a causa da paz no Mundo.

10 de Junho de 1974.

A Comissão Executiva do Comité Central do Partido Comunista Português

REGOZIZO PELO APARECIMENTO DO «AVANTE!» LEGAL

Continuam a chegar à nossa redacção inúmeras cartas de regozizo dos nossos leitores pelo aparecimento legal do «Avante!», porta-voz do Partido Comunista Português.

Essas cartas são uma prova da larga e crescente audiência entre a classe operária e as massas populares do PCP e do seu órgão central, testemunhando ao mesmo tempo a admiração de muitos dos nossos leitores pelo sacrifício, a coragem, a dedicação dos militantes do nosso Partido, que possibilitaram a publicação clandestina do «Avante!» durante a dominação fascista.

Publicamos a seguir extractos de algumas das cartas que nos foram enviadas: De uma carta de um motorista de Pinhal Faneiro: «É com a maior alegria que me dirijo pela primeira vez a vós, pois posso fazê-lo sem medo de cair nas mãos dos esbirros do antigo e odioso regime fascista. Ainda bem. Bem hajam todos os que conseguiram livrar-nos da opressão em que vivíamos quase meio século. «Sou motorista profissional. Sempre fui simpático ao Partido Comunista, embora nunca pertencesse directamente ao Partido, porque não podia, infelizmente, fazê-lo. Nem sabia como fazê-lo. Não havia propaganda que nos elucidasse. Mas agora que posso fazê-lo livremente gostaria que me informassem como poderei pertencer ao vosso Partido.»

«Saudação de democratas aporianos ao «Avante!»: Texto do telegrama recebido na nossa Redacção: «Democratas aporianos saudam «Avante!» no momento da conquista da sua legalidade depois de quase cinquenta anos de publicação e luta heróica nas duras condições de clandestinidade impostas pelo fascismo.» Seguem-se nove assinaturas.

Um outro telegrama de saudação expedido dos Açores chegou igualmente à nossa Redacção, subscrito por trinta e dois democratas.

Telegrama dos democratas de Espinho: «Um numeroso grupo de democratas espinhenses saudam calorosamente o vosso e nosso jornal, congratulando-se com o início da sua publicação livre, fazendo votos pelo êxito pleno dos seus objectivos básicos, como paladino que foi durante a clandestinidade dos mais sagrados direitos democráticos do povo. «Democratas espinhenses.» Carta de um poeta: «Desde há muito que sou leitor deste jornal, despercebidamente, clandestinamente, mas li sempre nele uma fé e uma esperança que me ajudaram a viver. «Envio um abraço muito apertado a todos os que trabalham e trabalharam nesse jornal, aos que partiram para

o Alcm, alguns assassinados. A esses sempre dediquei todo o fervor da minha alma humilde, toda a admiração e respeito de um simples cidadão que sempre fui, sou e quero continuar a ser. «Foi a enxada, a foice e o machado com que trabalhei, que me ensinaram a amar

Portugal, que até há pouco era de poucos, mas agora, segundo parece, vai ser de muitos.»

MOSCAVIDE

1.º Comício da UEC em Lisboa

Uma afirmação de vontade da juventude estudantil

«Dantes nada havia a perder e tudo havia a ganhar. Agora continua é certo a haver todo um mundo a ganhar, mas há também alguma coisa de importante que se ganhou e que não queremos que se perca: a liberdade» — são palavras do camarada Álvaro Cunhal, no primeiro comício da UEC, realizado no dia 7 de Junho, no campo de jogos do Atlético de Campolide.

Foi graças a essa liberdade conquistada, foi pela sua defesa e consolidação que este comício da UEC teve lugar.

Perante cerca de 3000 estudantes reunidos, entre os quais excursões vindas do Porto e de Coimbra, falaram os camaradas da Comissão Central da UEC José Roupico, Pena dos Reis, Sita Vales, António Vilarigues e Zita Seabra. Falou também Oliveira, como representante do Movimento da Juventude Trabalhadora.

Pena dos Reis focou no fundamental a necessária democratização do ensino, a RGDE por que os estudantes tanto lutaram sob o fascismo. Nenhuma discriminação económica, social ou cultural que entrave o livre acesso a todos os graus de ensino a todos os jovens, nenhuma poderá subsistir no Portugal livre e democrático.

José Roupico falou sobre a acção e perspectivas da UEC, Sita Vales sobre a União Nacional dos Estudantes Portugueses, António Vilarigues dirigiu-se aos liceus e escolas técnicas.

Após a intervenção de Sita Vales, entrou na sala o camarada Álvaro Cunhal. O ambiente subiu ao rubro. De pé, os estudantes saudaram longa e calorosamente o secretário

forças democráticas e antes de tudo contra o PCP, não servem os interesses dos estudantes, nem os interesses do povo português.

O comício foi encerrado com um convívio em que participou o Rancho Coral Etnográfico dos Ganhões de Castro Verde, Carlos Paredes e Celeste, o estudante do IST Pedroso e a camarada Luísa Bastos.

O primeiro comício da UEC ora realizado, patenteou a capacidade de mobilização e a real influência de massas da UEC, foi um grande encontro entre as massas estudantis e a sua vanguarda revolucionária. O primeiro encontro directo, em liberdade, um novo impulso para um maior alargamento da UEC.

PRÓXIMOS COMÍCIOS

O PCP promove nos próximos dias mais os seguintes comícios: amanhã, em Peniche, às 21 e 30, na Associação Penichense, e em Faro, à mesma hora. Em Moscaide, no dia 17, às 21. No dia 22, em Setúbal, na Praça de Touros, às 21 e 30, e na Azambuja, às 21. No dia 23, no Zambujal (Lours), às 18, e em Alcantara (Lisboa), às 21 e 30. No dia 24, em Sacavém, às 19.

Os comunistas ao lado dos trabalhadores para um forte movimento sindical unitário

Após mais de 40 anos de total ausência das liberdades sindicais, os trabalhadores portugueses reconquistaram, finalmente, com o 25 de Abril, a liberdade de se organizarem livremente nos seus sindicatos. A partir de agora a classe operária e os outros trabalhadores podem realmente dizer que os sindicatos podem ser seus.

Nunca os trabalhadores portugueses se submeteram à proibição dos fascistas de realizarem qualquer acção sindical fora do seu controlo. Apesar da repressão e das prisões das torturas, que ao longo da noite fascista atingiram por vezes, muito duramente, dirigentes e activistas sindicais e os trabalhadores em geral, o fascismo não conseguiu impedir que se formasse e desenvolvesse um forte movimento sindical na base dos Sindicatos Nacionais, mas fugindo ao controlo do fascismo.

Este movimento sindical amplo e unitário que tomou a sua maior expressão de massas a partir de 1970, esteve na base de substanciais vitórias da classe operária e de muitos outros trabalhadores arrancados ao patronato e ao fascismo antes do 25 de Abril.

Por outro lado, as duas Intersindicais regionais então existentes (norte e sul) e a Intersindical nacional abarcando dezenas de sindicatos e algumas centenas de milhares de trabalhadores de várias classes profissionais eram estruturas que constituíram um bom ponto de partida nos planos de organização sindical livre.

Actualmente o movimento sindical engloba a União dos Sindicatos do Sul a União dos Sindicatos do Porto e a União dos Sindicatos de Braga, unidos estas reunidas na Intersindical que abarca já cerca de uma centena de sindicatos e um milhão de trabalhadores.

A unidade do movimento sindical

principal base da sua força

O movimento sindical, forjado sob a repressão fascista

defesa dos seus interesses comuns. E aí que devem começar os alicerces de toda uma estruturação sindical que fortaleça a unidade dos trabalhadores.

Há quem defenda o apoliticismo dos sindicatos, isto é, estes não devem tomar posições políticas ou que possam ser taxadas de políticas. Digase de passagem que defender o apoliticismo é muitas vezes uma forma de fazer determinada política.

É evidente que os sindicatos devem ser autónomos e independentes dos partidos políticos. Mas os sindicatos da classe operária como dos outros trabalhadores, que são finalmente os próprios trabalhadores organizados sindicalmente não podem ser indiferentes à situação política existente, aos ataques e ameaças da reacção à liberdade sindical ou às outras liberdades.

Quando, por exemplo, a Intersindical organiza uma manifestação de repúdio pelas manobras dos contra-revolucionários que ameaçam as liberdades políticas (incluindo a liberdade sindical) e de apoio às Forças Armadas, esta atitude é inteiramente política. É uma atitude justa, que mobiliza e consciencializa as massas perante os perigos que as ameaçam. Defender em nome do «apoliticismo», que os sindicatos não devam tomar posição em relação aos grandes problemas políticos que se deparam aos trabalhadores e ao povo seria retirar ao processo actual de democratização do País o peso do proletariado organizado.

Neste momento abrem-se largas perspectivas ao movimento sindical português. Libertado do colete de forças com o fascismo pretendendo amarrá-lo ao longo dos anos, o movimento sindical, como uma das formas de organização da classe operária e dos restantes trabalhadores, tem uma boa parte da enorme tarefa a realizar na edificação de uma vida melhor para as classes trabalhadoras, na consolidação e alargamento das liberdades, na construção de um regime democrático no nosso país. Com perseverança, determinação, espírito de responsabilidade, sentido unitário, o movimento sindical cumprirá certamente, a sua missão.

Uma coisa, porém, temos como certa: é no local de trabalho, na empresa que o sindicato deve começar. E nos locais de trabalho que os trabalhadores são postos perante os mesmos problemas e o mesmo patrão. É lá onde naturalmente devem começar por se organizar para a de-

A defesa e o fortalecimento